



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
ESTADO DE PERNAMBUCO

Lei N° 174 de 23 de Fevereiro de 2001

Dá nova redação ao artigo 4°, incisos e parágrafos da Lei Municipal nº60/95, de 27 de setembro de 1995.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO - PE
CNPJ: 40.893.869/0001-27
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Código de Autenticidade: **01WHVNEEC361**
Emitido em, 01 de October de 2025 às 13h:21m

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



LEI Nº 174 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001

EMENTA: Dá nova redação ao artigo 4º, incisos e parágrafos da Lei Municipal nº 60/95, de 27 de setembro de 1995.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 4º da Lei Municipal nº 60/95, de 27 de setembro de 1995, passa a vigorar nos termos da redação seguinte:

"Art. 4º - O Conselho de Alimentação Escolar - CAE, como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, constituído por sete membros e com a seguinte composição:

- I - um representante do Poder Executivo, indicado / pelo Chefe desse Poder;
- II - um representante do Poder Legislativo, indicado / pela maioria dos Vereadores presentes a reunião convocada para este motivo;
- III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou Unidades Similares;
- IV - dois representantes dos professores, indicados / pelo respectivo órgão da classe;
- V - um representante de outros seguimentos da sociedade local.

Parágrafo 1º - Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria representada.

Parágrafo 2º - Os membros e o Presidente do CAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma única vez.

Parágrafo 3º - O Exercício do mandato de Conselheiro / do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Parágrafo 4º - Compete ao CAE:

- I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE; //

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

ESTADO DE PERNAMBUCO



fl. 02

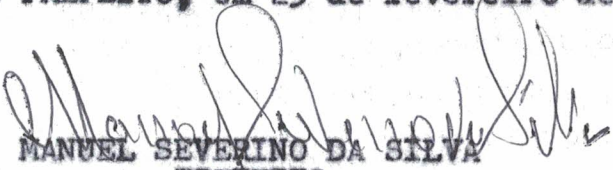
II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo Município, na forma da Medida Provisória nº 1.979-19, de 02 de junho de 2000."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de setembro de 2000.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 23 de fevereiro de 2001.


MANUEL SEVERINO DA SILVA
= PREFEITO =